

# A SUSTENTABILIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR E AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO PRODUTIVAS EM CONTEXTOS LOCAIS<sup>1</sup>

*Jaime Antonio Stoffel<sup>2</sup>*

*Silvio Antonio Colognese<sup>3</sup>*

*Roselaine Navarro Barrinha da Silva<sup>4</sup>*

**Resumo:** este artigo tem como objetivo discutir a sustentabilidade da agricultura familiar envolvendo diferentes formas de organização produtivas vistas a partir de contextos locais. É neste cenário de proximidade, de poder avaliar algumas questões relacionadas à sustentabilidade da agricultura familiar, relativas a um espaço pré-determinado, sem esquecer-se das suas relações com a problemática global de sustentabilidade, que este estudo se apresenta. A análise local mostra-se capaz de proporcionar uma avaliação mais pontual de fatos pertinentes que indicam para o caminho da sustentabilidade da agricultura familiar e, por consequência, ao desenvolvimento sustentável.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar; Sustentabilidade; Formas de organização produtivas.

**Abstract:** this article aims to discuss the sustainability of family farming involving different forms of productive organization views from local contexts. It is this proximity scenario, you can review some issues related to sustainability of family farming, relating to a predetermined space, without forgetting its relations with the global problem of sustainability, this study presents. The local analysis shows is able to provide a more precise evaluation of relevant facts that indicate to the path of sustainable family farming and therefore sustainable development.

**Keywords:** Family farming; Sustainability; Forms of productive organization.

## Introdução

No Brasil, o debate sobre a sustentabilidade ganha força, principalmente no setor agrícola, devido aos avanços da agricultura moderna, os quais têm levado a inúmeros questionamentos em termos da viabilidade desse modelo em longo prazo. Mais especificamente no campo da agricultura familiar, onde os efeitos colaterais da modernização foram mais abrangentes e provocaram consideráveis impactos ambientais, desigualdade social entre regiões, entre produtos e entre os próprios agricultores, a insustentabilidade deste modelo evidenciou-se de forma mais visível.

---

<sup>1</sup> Este artigo é originário do terceiro capítulo da Tese de Doutorado do primeiro autor, Jaime Antonio Stoffel, intitulada *Construção e Avaliação de Indicadores de Sustentabilidade para a Agricultura Familiar: uma análise multidimensional*, defendida em dezembro de 2014.

<sup>2</sup>Doutor em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela UNIOESTE/*Campus* Toledo (2014). Docente efetivo no Curso de Ciências Econômicas, CCSA, UNIOESTE – *Campus* de Francisco Beltrão, Pr. Líder do Grupo de Pesquisa GPEAD. E-mail: jaimestoffel@hotmail.com

<sup>3</sup>Doutor em Sociologia pela UFRGS (1997). Docente efetivo no Curso de Ciências Sociais, UNIOESTE – *Campus* de Toledo-Pr. Coordenador do Mestrado em Ciências Sociais da Unioeste. e-mail: silviocolognese@ibest.com.br

<sup>4</sup> Doutora em História Social UFF (2011). Professora efetiva Unioeste, Ciências Econômicas, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, campus de Francisco Beltrão. E-mail: roselaibenbs@gmail.com

Ocorre, dessa forma, uma sensível complexificação nas formas de organização produtivas destas pequenas propriedades agrícolas familiares, gerando uma diversificação e diferenciação interna nestas propriedades. Como resultado destes desdobramentos, novas formas de organização produtivas se desenvolvem na agricultura familiar. Estas readequações e adaptações locais a essas novas formas de organização produtivas que surgem ao longo do tempo é que podem comprometer a sustentabilidade da agricultura familiar em contextos locais. Esta relação entre diferentes formas de organização produtivas e sustentabilidade na agricultura familiar é a proposta deste artigo.

Deve-se considerar, portanto, que as mudanças estruturais na produção agrícola com a introdução de novas técnicas de produção e modificações intensas nas relações de produção, o que acarreta uma fragmentação e uma rearticulação da pequena produção agrícola familiar, influenciam na sua sustentabilidade em contextos locais de acordo com suas especificidades.

## 1 Agricultura Familiar: histórico, caracterização

A problemática tratada nesta pesquisa se insere na referida discussão, na medida em que, ao voltar-se para a pequena produção agrícola familiar, procura apreender sob que condições ela se mantém contemporaneamente. Mas, quem, de fato, compõe a pequena produção agrícola familiar? A esse respeito, há que se destacar que tanto no âmbito acadêmico quanto no político duas tem sido as denominações utilizadas para referenciar o pequeno produtor agrícola familiar, quais sejam: camponês e agricultor familiar.

A denominação agricultor/agricultura familiar ganha espaço nas discussões acadêmicas e no quadro político brasileiro desde pelo menos a segunda metade da década de 1990. De outra forma, se levar em conta o âmbito acadêmico dos países capitalistas centrais, deve-se considerar, no mínimo, a década de 1970. Parece-nos que tal crescimento possa estar vinculado às críticas dirigidas aos paradigmas clássicos de base marxista que postulavam o fim da agricultura de base camponesa.

No caso específico brasileiro, tal crítica ganha espaço no campo acadêmico com a obra *Capitalismo Agrário em Questão* (2007), de Abramovay, o qual não apenas tece a crítica, mas distingue o camponês do agricultor familiar. No mesmo período, e, no âmbito político, a denominação agricultor familiar é utilizada para nomear o principal programa de crédito voltado para a pequena produção agrícola familiar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Foi no referido contexto que se desenvolveram – nacional e internacionalmente – diversos estudos que buscavam estabelecer tipologias adequadas para qualificar as distintas formas de produção encontradas dentro da pequena produção agrícola familiar. Um desses estudos se desenvolveu em âmbito internacional e se ateve à pequena produção agrícola familiar de diversos países sob coordenação de Hugues Lamarche (1993; 1997).

No entanto, a tarefa de se estabelecer uma definição conceitual rígida, capaz de juntar num mesmo grupo/categoria as distintas formas da pequena produção agrícola familiar – portanto, definir camponês e agricultor familiar – é uma tarefa bastante árdua. A adoção de critérios objetivos rígidos parece restringir a possibilidade de sucesso no referido sentido. Em contrapartida, uma definição conceitual mais ampla, a princípio, permitiria não apenas tal agregação, mas, possivelmente, a apreensão do por que apresentarem formas de produção distintas.

Sendo assim, pensa-se ser bastante pertinente o conceito empregado por Schneider e Niederle (2008), ao se referirem ao agricultor familiar e ao camponês:

O que há de comum entre ambas as noções é que trabalho, produção e família formam um conjunto que opera de forma unificada e sistêmica, cultivando organismos vivos e gerenciando processos biológicos através dos quais buscam criar condições materiais que visam garantir sua reprodução enquanto grupo social. Isso significa que a organização social e econômica, o processo de trabalho e de produção, as relações com o mercado e as formas de transmissão patrimonial são fortemente influenciadas por relações de consangüinidade e parentesco, que são tributárias tanto do modo como as famílias gerenciam seus recursos

materiais como dos valores culturais e simbólicos que definem sua identidade. (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008, p. 6).

Ao que tudo indica, a perspectiva conceitual agregadora proposta pelos autores já se fazia presente também nas características propostas por Graziano da Silva (1978), ainda em meados da década de 1970, para se identificar os componentes da pequena produção agrícola familiar:

a) utilização do trabalho familiar, onde se configura como unidade de produção; b) a posse dos instrumentos de trabalho ou parte deles; c) existência de fatores excedentes (terra, força de trabalho, meios de trabalho) que permitam uma produção de excedentes, destinados ao mercado; e d) não é fundamental a propriedade, mas sim a posse da terra, que mediatiza a produção, como mercadoria. Dessa forma, não só o proprietário, mas também o parceiro, o arrendatário e o posseiro, podem se configurar como pequena produção agrícola familiar. (GRAZIANO DA SILVA, 1978, p. 3).

A perspectiva conceitual que propõe considerar o camponês e o agricultor familiar como integrantes de um mesmo grupo/categoria – pequena produção agrícola familiar – parece pertinente no que tange: 1) evidencia a importância das duas categorias tanto do ponto de vista econômico quanto político; 2) conforma um grupo/categoria social presente no meio rural brasileiro diverso do grupo/categoria social que representa a agricultura de caráter especificamente capitalista; 3) parece indicar que a própria condição que assume no grupo não é determinada de fora para dentro (imposta pelo desenvolvimento do modo capitalista), o que sugere a atuação do pequeno agricultor familiar enquanto sujeito.

Diante do exposto, faz-se necessário explicitar uma base conceitual que possa nos auxiliar na compreensão do referido grupo na sociedade contemporânea e, mais especificamente, nas condições diversas sob as quais ele permanece no espaço rural. De outra forma, entende-se que o processo de delimitação da base conceitual em questão não poderia ser feita sem mencionar que ele é tributário das teses clássicas que postularam, de um lado, o fim da pequena agricultura de base familiar – Lênin e Kautsky –, e, de outro, a sua permanência – Chayanov –, bem como de toda a discussão que tem se desenvolvido no âmbito acadêmico a partir da crítica feita a elas.

Vale ressaltar que não é foco refazer uma discussão já amplamente feita com relação às teses clássicas, seja no sentido de resumir seus pontos principais, reinterpretá-los, validá-los ou criticá-los. Diversos foram os pesquisadores (ABRAMOVAY, 1992; GRAZIANO DA SILVA, 1978; MULLER, 1989; SILVA e STOLCKE, 1981; WANDERLEY, 1996) que se ocuparam de forma competente com tais discussões e não parece haver sentido reproduzir o que está amplamente à disposição dos interessados.

Dito isto, destaca-se que, a partir das últimas décadas do século XX, o debate assumiu contornos os mais diversos, mas sempre orientados ora por um, ora por outro paradigma. Nesse sentido, julga-se importante realizar uma breve síntese de algumas das principais contribuições para com a temática referida.

Inicialmente, seguem as colaborações para a temática de um grupo de autores integrantes da sociologia rural, os quais sedimentaram suas conclusões no referencial marxista e que, através dele, concluíram que a persistência da pequena produção agrícola de base familiar encontraria sua explicação na relativa incapacidade do modo de produção capitalista em impor plenamente à agricultura o modelo produtivo em vigor na indústria. Em outros termos, a agricultura seria um setor no qual várias atividades ainda resistiriam aos processos industriais.

Dessa forma, seria com o objetivo de reduzir riscos e de ampliar as condições de acumulação que o capitalismo adentraria a órbita da pequena produção agrícola familiar. Tal contexto explicaria não apenas a persistência de tal unidade produtora, mas a forma da sua persistência, o que envolveria, por exemplo, a transformação (ou não) integral ou parcial nas formas de produção do produtor e nas relações sociais dessas decorrentes. Para os postulantes de tal tese, o fundamental não seria a subsunção

formal, mas a subsunção real, na medida em que ela seria essencial na eliminação da base natural da agricultura que, por si, é incompatível com a produção capitalista.

Como representantes de tal lógica, citam-se especialmente: Mann e Dickinson (1978) de um lado e; de outro, Goodman, Sorj e Wilkinson (1985, 1990) aos quais, além da influência kautskyana-marxista, dever-se-ia acrescentar certa influência schumpeteriana. Para estes últimos, as transformações na pequena produção agrícola de base familiar seriam impostas pela concorrência intercapitalista. Os capitais industriais, concorrendo em um ambiente oligopolizado, utilizar-se-iam do espaço rural a fim de valorizar seu capital, estabelecendo mudanças no aspecto produtivo-técnico-organizacional que lhes permitiriam a reprodução ampliada do capital, ainda que esta ocorresse pautada em relações de produção/trabalho não especificamente capitalistas.

A principal crítica feita a esses autores se assenta na condição letárgica à qual tal tese relega o pequeno produtor agrícola familiar. Seria como se o futuro dele fosse irremediavelmente determinado dentro das seguintes opções: transformação em proletário; transformação em capitalista; manutenção das condições de produção (ou parte delas) sob perda parcial ou total do controle do processo de produção – quase que uma espécie de meio termo entre proletário e capitalista. Portanto, os atores, os sujeitos ativos seriam o capital, mais especificamente, seus representantes – personificados, por exemplo, nos organizadores/gestores dos impérios agroalimentares – e o Estado. A pequena produção agrícola de base familiar seria um espelho das ações desencadeadas por esses atores mencionados.

Uma segunda linha que traz importante contribuição para o debate e para o entendimento das condições da permanência da pequena produção agrícola familiar se encontra, dentre outros, nos seguintes representantes: Ploeg (2009), Long (2007), Schneider e Niederle (2008). Para esses representantes, ao contrário do que aparentemente indica a tese anteriormente exposta, o pequeno produtor agrícola familiar não poderia ser visto como passivo no processo que transforma a forma de produção na unidade agrícola familiar, bem como as relações sociais dela decorrentes.

De acordo com tal perspectiva, para além de admitir que o desenvolvimento capitalista conduz à mercantilização das relações sociais, há que se admitir igualmente que ela não se dá de forma pré determinada e homogênea em todos os espaços, como é o caso do espaço da pequena propriedade agrícola familiar, e sem a atuação ativa dos sujeitos que integram tal espaço. Os postulantes dessa tese acreditam que tal lógica abre espaço para que se admita que a mercantilização ocorre em níveis diferenciados no espaço da pequena propriedade agrícola familiar, conforme ressalta Ploeg (1992), provocando modificações nas relações sociais que corresponderiam a tais níveis.

A mercantilização do espaço rural, bem como o nível de sua ocorrência, não se daria apenas determinada de fora para dentro, mas também de dentro para fora, e ressalta o papel ativo do pequeno produtor familiar. Em outros termos, ela seria o resultado da ação ativa dos atores – Agricultor, Capital e Estado – em disputa pelo controle tanto da produção quanto da distribuição. Esse “embate” envolveria a tomada de decisões da parte do pequeno agricultor familiar, que não se considera apenas como reativo, mas como pró-ativo, seja no que diz respeito a como produzir (que tipo de insumo/equipamento a ser utilizado, qual(is) tipo de cultura/produção, contratar ou não, mão de obra externa à propriedade de forma esporádica, acessar ou não (e de que forma) o crédito, ou comercializar (quando for o caso) a sua produção – ou a parte excedente dela (como comercializar, em quais mercados, organizar-se cooperativamente para a comercialização etc.)).

Portanto, ao enfatizar que a mercantilização do espaço rural não é vista de forma determinista, os autores citados ressaltam a possibilidade de se entender processos ativos dos pequenos produtores agrícolas de base familiar que podem delimitar ou expandir a sua relação com o mercado, ou seja, que justificam a existência de formas sociais no espaço rural, mais especificamente, no espaço da pequena produção agrícola familiar.

Eles não apenas reconhecem na mercantilização um processo social que adentra e transforma as mais diversas esferas das relações sociais, como inclusive a do campo, mas que ela se dá com a participação ativa dos atores do campo, que atuam reflexivamente e tomam decisões conscientes sobre como garantir a sua reprodução material e social. Seria justamente este papel ativo a comprovação da capacidade de tais atores no sentido de “modificar, neutralizar, resistir e, por vezes, até acelerar os

resultados da mercantilização [...]” via mobilização de “[...] um amplo repertório de recursos fora dos mercados [...]” criando, portanto, “[...] ‘espaços de manobra’ e estratégias para manter e ampliar sua autonomia” (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008, p. 45).

Essa busca, no sentido de ampliação da autonomia, se pautaria em estratégias diferentes, empregadas pelos pequenos produtores agrícolas de base familiar, as quais permitiriam explicar a diversidade das formas de organização da produção e do trabalho no mundo rural, que se aproxima mais, conforme menciona Ploeg (1994), da condição do camponês ou do agricultor familiar. Nos dois casos, a forma por meio da qual se processa a produção no espaço rural, a relação do produtor com a natureza externa a ele (terra/recursos naturais em geral), a relação com o mercado expressariam em cada caso, os qualificativos da condição.

Vale ressaltar que, ao falar de uma condição camponesa, Ploeg (2009) não se refere a ela no sentido de reviver uma categoria pretérita – como uma forma de produção característica da pré-história – do modo capitalista de produção e, portanto, como forma de produção inconcebível dentro do modo de produção capitalista e com ele relacionado. Ao mencioná-la ele, basicamente, se refere a um produtor que se encontra sob condição de embate permanente com as demais estruturas sociais, no sentido de preservar a sua condição de reprodução material de forma autônoma e coprodutiva com a natureza externa, que pode, por isso, ser encontrado em qualquer tempo histórico, que não depende de um ou outro modo de produção para existir.

Tal forma de produzir não excluiria, por sua vez, a mercantilização, mas esta se daria em grau reduzido através da comercialização dos excedentes da produção e do resultado dela oriundo para a supressão de necessidades não atendidas no espaço rural. Tal forma de produção não teria por meta o excedente, ainda que, de fato, ele fosse útil no sentido de ampliar o bem-estar familiar. Nesse caso, a menor dependência dos mercados revelaria um baixo grau de mercantilização e, em contrapartida, uma maior autonomia. Poder-se-ia, a título de exemplificação, incluir, nesse caso, pequenos produtores rurais de caráter familiar que produzem produtos orgânicos e vendem o excedente em feiras livres e/ou de porta em porta.

O extremo oposto se expressa na chamada agricultura familiar do estilo mais ou menos descrito por Abramovay (2007), ou seja, a chamada agricultura familiar de caráter empresarial. O objetivo desse produtor seria gerar, por meio da atividade agrícola/agropecuária, uma renda monetária. Parte significativa da renda gerada pela atividade agrícola/agropecuária lhe garantiria o consumo a partir do acesso aos mercados e parte seria utilizada no sentido de garantir a continuidade da(s) atividade(s) geradora(s) da renda monetária.

Dessa forma, quanto mais produtivamente especializada fosse essa parcela da população, maior seria, por conseguinte, a dependência com relação ao mercado e menor a autonomia, pois a satisfação das necessidades dependeria, necessariamente, da interação com o mercado e da utilização da moeda. Os pequenos produtores agrícolas familiares integrados do sul do Brasil seriam um bom exemplo desse extremo, conforme se verifica em estudos como o de Barrinha (2011).

Nesse contexto, Ehlers (2008) aponta que esse crescente interesse sobre o debate que envolve a agricultura familiar no Brasil, na atualidade, ampliou as discussões em torno de temas como o desenvolvimento sustentável na agricultura. Dessa forma, deixam-se explícitas as preocupações sobre o possível futuro da produção agrícola, em especial a produção agrícola familiar. Isto fez surgir várias reflexões e apontamentos sobre o tema que envolve a “sustentabilidade na agricultura familiar”. Tal tema foi amplamente discutido na próxima seção.

## **2 A sustentabilidade na Agricultura Familiar**

O termo sustentabilidade denota, na maioria das vezes, apenas expressões voltadas às questões ambientais. Contudo, a sustentabilidade, de acordo com Sachs (2009), constitui-se num conceito dinâmico, que leva em conta as necessidades crescentes das populações, num contexto internacional em constante expansão. Sachs comenta que o termo sustentabilidade é muito mais abrangente e envolve diversas outras dimensões, além da ambiental, entre as quais destaca a sustentabilidade social; a

sustentabilidade econômica e a sustentabilidade política, a qual pode ser representada pelo ambiente institucional.

Para o autor, a sustentabilidade social coloca-se à frente das demais, por se destacar como a própria finalidade do desenvolvimento, pois a probabilidade de um colapso social ocorrer antes de uma catástrofe ambiental é maior. A sustentabilidade ambiental vem em decorrência de outros fatos, como a distribuição territorial equilibrada de assentamentos humanos e atividades a fim. A sustentabilidade econômica surge como uma necessidade, mas não pode ser vista como uma condição prévia das anteriores, uma vez que o transtorno econômico traz consigo o transtorno social e, que por consequência, obstrui a sustentabilidade ambiental. E, por fim, a importância da sustentabilidade política, com o papel de pilotar o processo de reconciliação e equilíbrio entre as forças na busca pelo desenvolvimento e conservação da biodiversidade e da sociedade (SACHS, 2009).

Souza Filho (2001) defende a ideia de resiliência para definir a sustentabilidade de um agrossistema. Segundo o autor, a sustentabilidade é determinada por sua habilidade em manter produtividade quando submetido a forças perturbadoras. Essas forças se classificam em dois tipos: *stress* e choque.

O efeito de um *stress* se vê como pouco significativo no curto prazo, porém, em longo prazo, com efeitos destrutivos e, muitas vezes, irreversíveis, dado sua ação cumulativa. Os sintomas de *stress* aparecem por meio da erosão, salinização, contaminação do solo e da água, como também pelos preços declinantes dos produtos. Já o choque é um evento imprevisível e transitório, como por exemplo, uma nova peste, seca, inundação, forte elevação no preço dos insumos, entre outros (SOUZA FILHO, 2001).

O autor defende ainda que, para atingir o Desenvolvimento Sustentável num agrossistema, é preciso que se leve em consideração quatro critérios básicos: a própria sustentabilidade, a produtividade, a estabilidade e a equidade. A produtividade é definida como a produção de algum produto por unidade de insumo, enquanto a estabilidade é a manutenção ou aumento dessa produtividade diante de distúrbios que possam ocorrer. Já a equidade refere-se à justa distribuição da produtividade entre os indivíduos envolvidos no sistema agrícola. O equilíbrio e a manutenção dessas três variáveis é que determinam a sustentabilidade do sistema.

No entanto, explicita-se que existem várias contradições entre esses critérios. Destaca-se, por exemplo, que o uso excessivo de insumos químicos leva a um aumento na produtividade, mas compromete a equidade e a sustentabilidade (pacote tecnológico da Revolução Verde). Da mesma forma, é importante identificar a criação de novas tecnologias de produção, que ampliem a equidade e a sustentabilidade, sem, no entanto, comprometer a produtividade.

Portanto, o debate sobre como alcançar sustentabilidade na agricultura é problematizado por disputas e discordâncias no que diz respeito a quais elementos da produção são aceitáveis e quais não são. Algumas tecnologias agrícolas, tidas como sustentáveis no mercado de insumos, podem não ser sustentáveis na propriedade agrícola. O uso de dejetos de suínos e aves, muito utilizados principalmente nas pequenas propriedades, em substituição a adubos químicos, é tido como sustentável; porém o seu uso excessivo compromete o lençol freático local. Da mesma forma, a agricultura orgânica é amplamente aceita como sustentável, mas deixa de ser com a prática da monocultura orgânica (SOUZA FILHO, 2001).

Nesse contexto, Ikerd, ressalta:

Alguns afirmam que sustentabilidade deve ser alcançada através de uma sintonia dos sistemas de produção convencionais. Estas pessoas não acreditam que sistemas de baixo uso de insumos ou sistemas orgânicos serão capazes de alimentar a crescente população do mundo. Outros argumentam que sustentabilidade necessitará de um modelo ou paradigma de produção diferente, o qual dependa menos de insumos comerciais e mais dos recursos gerenciais da propriedade. Estas pessoas veem o modelo industrial de agricultura, dependente de insumos, como sendo fundamentalmente incompatível com a manutenção de um ambiente social e ecologicamente saudável. Defensores da agricultura orgânica acreditam que sustentabilidade requererá a total eliminação de insumos químicos manufaturados.

Outros propõem ainda diferentes modelos de produção como um meio para alcançar sustentabilidade agrícola no longo prazo (IKERT, apud SOUZA FILHO, 2001, p. 600).

Neves e Castro (2010) argumentam que, dada a preocupação mundial crescente com o conceito de sustentabilidade, a inserção da agricultura familiar em subsistemas coordenados será mais valorizada pelo fato de esse segmento fortalecer as opções ambientais e socialmente corretas, além de economicamente viáveis e institucionalmente amparadas, respondendo a uma pressão da sociedade na busca por modelos de produção sustentáveis.

Dessa forma, Neves e Castro (2010), colocam a abrangência dessa visão:

O mais interessante de tudo é que não se abordarão apenas produtos, mas sistemas de produção ambientalmente corretos. Tratar-se-á de outro fenômeno ocorrido nos últimos dez anos que foi a transição do foco apenas no meio ambiente para um foco mais abrangente, mais subjetivo e mais complicado, do qual o meio ambiente faz parte, chamado sustentabilidade. Para muitos consumidores não basta apenas o produto ser “verde”. O modo de produção deve ser sustentável. (NEVES; CASTRO, 2010, p. 3).

Nesse ínterim, a produção agrícola familiar apresenta especificidades que mostram seu potencial como um espaço privilegiado ao desenvolvimento de agricultura sustentável. Isto se dá, principalmente, em função de ter uma produção mais diversificada e integrada nas atividades vegetais e animais e pela própria diferenciação no aspecto de uma produção menor em termos de escala (CARMO, 1998).

Corroborando com a busca de uma situação de sustentabilidade na agricultura familiar, órgãos como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) fazem alguns apontamentos, como a implementação da integração vertical, agricultura-pecuária, incentivo à rotação de culturas, controle integrado de pragas, maior utilização da adubação orgânica e apoio a utilização de sistemas agro-florestais (FAO/INCRA, 1994).

Na mesma direção, autores como Almeida, Cordeiro e Petersen (2001) destacam que a agricultura familiar apresenta melhores condições de sustentabilidade pelo fato de incorporar estratégias de equilíbrio entre os parâmetros econômicos, sociais e ambientais, amparados pelo ambiente institucional. Destacam ainda que a propriedade familiar caracteriza-se numa unidade de produção e consumo, que valoriza, dessa forma, a diversidade, os policultivos, distribuídos de forma equilibrada no espaço e no tempo.

É válido lembrar, também, que, de acordo com Brandenburg (1999), apesar dos diversos contratempos econômicos enfrentados pelo agricultor familiar, nos últimos anos, é da excepcional capacidade de adaptação que vem sua “habilidade” de resistir ao “jogo” dialético do sistema hegemônico capitalista. Dessa forma, a partir das últimas décadas, várias estratégias passaram a ser incorporadas nos trabalhos que visam à sustentabilidade da agricultura familiar. Estas se resumem num único termo, frequentemente utilizado para englobar várias práticas de agricultura sustentável, chamado de agricultura alternativa.

O termo agricultura alternativa, de acordo com Souza Filho (2001), possui grande generalidade. Geralmente, estes sistemas alternativos buscam a diversificação e tendem a elevar a estabilidade e a resiliência, como também reduzir riscos financeiros. Estes se caracterizam como biológicos e de baixo uso de insumos externos à propriedade. Em contraste com a agricultura convencional, a agricultura alternativa é mais integrada com a natureza, além de enfatizar mais a gestão da propriedade, as relações biológicas (praga e predador) e utilizar melhor os processos naturais (fixação de nitrogênio). As práticas de agricultura alternativa são mais comuns nas unidades de agricultura familiar.

Atualmente, existem vários exemplos de práticas de modelos alternativos na agricultura familiar, tidos como sustentáveis. Não é intuito neste artigo descrever e/ou aprofundar o resultado de cada um, contudo, tem-se em mente apenas destacar as principais formas desenvolvidas na atualidade. Entre os mais populares tem-se: agricultura ecológica, agricultura biodinâmica, agricultura natural, agricultura orgânica, agroecologia, além das práticas da pluriatividade e do associativismo (SOUZA FILHO, 2001).

Por outro lado, existem as práticas agrícolas de baixo uso de insumos externos, utilizados principalmente pelos agricultores familiares e que apresentam um grau de sustentabilidade mais avançado. Entre estas estão: a compostagem, adubação verde, fertilização mineral, cultivo mínimo, intercalação de culturas, rotação de culturas, armadilhas e plantas atrativas, controle biológico, pesticidas derivados de plantas, agricultura integrada com a criação de animais, plantio direto e cobertura morta (SOUZA FILHO, 2001).

Em sentido prático, mesmo que os que usufruem das diversas alternativas apresentadas atinjam redução nos custos de produção e menor contaminação ambiental, a adoção de um conjunto rígido de práticas reguladas por determinada organização não seria suficiente. A sustentabilidade requer muito mais práticas dinâmicas de agricultura, abortando os modelos considerados estáticos. Nesse sentido, convém caminhar em direção ao consenso de que conservação e melhores padrões de vida devem, simultaneamente, ser perseguidos sob uma perspectiva de longo prazo que vise, dessa forma, almejar a sustentabilidade para, conseqüentemente, atingir o desenvolvimento sustentável.

Existem vários outros fatores que vêm de encontro à sustentabilidade da agricultura familiar contemporânea, que não apenas a adoção de práticas alternativas de produção. Essas práticas, tidas como sustentáveis, são, geralmente, mais intensivas em trabalho do que em tecnologias convencionais. Exigem um grau de conhecimento e experiência maior para ser operacionalizado. O próprio espaço físico-ambiental influencia no desenvolvimento (positivo ou negativamente), como também a condição fundiária em que esse produtor familiar se encontra (SOUZA FILHO, 2001).

No caso da disponibilidade de mão de obra, utilizada com maior intensidade em propriedades que adotam práticas alternativas de produção, por exemplo, produção orgânica, embora o modelo seja caracterizado como sustentável, a falta de trabalhadores (hoje comum nas propriedades familiares) compromete a sustentabilidade da atividade. Isso poderá impedir a adoção de práticas que reduzem o uso de agroquímicos, bem como a utilização de rotação de culturas e a própria diversificação da propriedade.

Outro fator que determina o grau de sustentabilidade de uma forma alternativa de produção é o nível educacional e a experiência do produtor na atividade. No caso da educação, ela não consiste apenas em receber e processar informações, mas, acima de tudo, em ter a habilidade de processar e aceitar técnicas de gerenciamento mais sofisticadas em modelos de produção mais sustentáveis, como, por exemplo, em métodos ecológicos exigem um grau de perícia mais elevado do que práticas convencionais, exigindo um grau de escolaridade e experiência maior do produtor.

Não menos importantes para o debate da sustentabilidade na agricultura familiar estão as características físico-ambientais da propriedade, bem como a condição fundiária do produtor. A condição ecológica, o tipo de solo, a topografia, a disponibilidade de água e o clima são características que variam de região para região e, muitas vezes, dentro da própria região, e isso pode levar ao sucesso ou fracasso na adoção de práticas alternativas de produção, ditas como sustentáveis. Em áreas onde a topografia é mais acentuada e a mecanização mais difícil, a adoção de práticas conservacionistas serão mais aceitas e desenvolvidas.

Já em relação à condição fundiária da propriedade, o arrendatário ou parceiro, principalmente de propriedades menores, no caso da agricultura familiar, influencia nas condições de adotar práticas mais conservacionistas, pois levam em consideração o horizonte de tempo e o próprio grau de investimentos necessários para esses modelos alternativos de produção. Ou seja, os benefícios recebidos, por exemplo, de um solo tratado, melhorado, podem chegar tarde, quando o contrato de arrendamento ou parceria já está finalizado (SOUZA FILHO, 2001).

Salienta-se, nesse sentido, que a sustentabilidade na agricultura familiar, não está voltada apenas para estudar modelos/práticas alternativas sustentáveis, mas sim – e, principalmente –, um conjunto de dimensões e variáveis que envolvem a sustentabilidade de atores locais e a sua permanência na atividade. Muito embora os fatores acima abordados tenham um grau de participação decisiva no processo de adoção de práticas sustentáveis na agricultura familiar, estes são apenas parte do conjunto de fatores envolvidos na decisão da sustentabilidade no setor.



Têm-se, por exemplo, o ambiente institucional, por meio de órgãos governamentais e não governamentais, como outro fator decisivo na busca pela sustentabilidade na agricultura familiar. O redirecionamento da pesquisa agropecuária e dos mecanismos de difusão tecnológica, com caráter social e ambiental, tem sido incorporado nas estratégias mais recentes de desenvolvimento de órgãos como a Embrapa. Da mesma forma, a legislação ambiental também sofre alterações e ajustes a fim de coibir práticas nocivas ao meio ambiente e à saúde humana por meio da atividade agrícola.

Destaca-se o papel desempenhado por algumas Organizações não Governamentais, que difundem práticas agrícolas que privilegiam o uso de recursos internos da propriedade em detrimento dos externos. Tais práticas têm sido desenvolvidas e difundidas por meio de métodos participativos que envolvem Associações de Pequenos Produtores, sindicatos, cooperativas, instituições religiosas, pesquisadores, ativistas políticos e ambientalistas. Na maioria dessas organizações predomina a preocupação com a sobrevivência e permanência dos produtores familiares, ou seja, sua sustentabilidade em longo prazo (SOUZA FILHO, 2001).

Altieri (apud ETGES, 2001) salienta que a busca pela sustentabilidade na agricultura familiar não requer apenas mudanças biológicas ou técnicas, mas muito mais mudanças sociais, econômicas e políticas. Nessa ótica, a noção de sustentabilidade na agricultura familiar, que tem como foco principal conciliar segurança alimentar com a obrigação de conservar os recursos naturais, demandará, além do conhecimento adquirido, o saber agrônomo convencional integrado ao conhecimento sistêmico. Isto levará a uma integração dos diversos componentes de um agroecossistema (EHLERS, 2008).

Nessa busca pela sustentabilidade é importante empreender uma nova reorientação da pesquisa e da extensão agropecuária, de modo a promover o desenvolvimento de uma tecnologia participativa, num processo que integre conhecimento prático com o técnico (GUIVANT, apud ETGES, 2001).

Corroborando com o exposto, Ehlers (2008) destaca a probabilidade de que vários elementos que compõem a sustentabilidade já existam, porém, a importância de levar em consideração as experiências bem sucedidas e a incorporação dos conhecimentos acumulados pelos agricultores ao longo do tempo são, da mesma forma, fundamentais para o Desenvolvimento Sustentável na agricultura familiar. É insuficiente corrigir os erros gerados pelo uso ineficiente das técnicas até então consideradas as mais eficientes. Essencialmente requer-se uma mudança do padrão tecnológico dominante.

Nesta perspectiva, seria necessário substituir o atual padrão de intervenção convencional, que vem de cima para baixo, que procura manter o *status quo* e partir para um movimento mais participativo na agricultura familiar, com a interação entre agentes e atores, que promovam um movimento endógeno, onde esses pequenos produtores sejam os verdadeiros protagonistas das transformações. Isto fará com que, por meio de diferentes interesses que compõem uma comunidade, uma classe de agricultores familiares, por exemplo, e que, muitas vezes, tornam-se até conflitantes dada uma visão distinta de mundo com diferentes problemas, encontram-se soluções para almejar a sustentabilidade desse sistema, da comunidade, da classe social de pequenos agricultores (DELAVATI, 2001).

É importante salientar que essas mudanças rumo a movimentos mais participativos são processos demorados, pois, muitas vezes, atingem ou “cobram” mudanças radicais profundas, já solidificadas nas comunidades, como, por exemplo, questões de dignidade das pessoas, ideologias e crenças, mudanças na consciência das pessoas, rupturas culturais. Cabe aos agentes representados por entidades governamentais e não governamentais exercer essa função da interação com os atores sociais (agricultores familiares, no caso) na busca por essas mudanças, as quais irão fomentar a construção de indicadores necessários para promover a sustentabilidade dessas comunidades de agricultores familiares.

Como afirma Silva (1997, p. 106), “é preciso reafirmar uma velha opinião de que a importância maior do movimento por uma agricultura sustentável, não está na sua ‘produção da produção’, mas na ‘produção da consciência’”. Enfatiza, ainda, que a busca pela sustentabilidade não está na construção apenas de novas tecnologias, ditas como alternativas ou sustentáveis, mas está em despertar nova consciência social das relações homem-natureza, na produção de novos valores filosóficos, morais e,

até mesmo, religiosos, como também na gestão de novos conceitos jurídicos, novas formas políticas e ideológicas (SILVA, 1997).

Ou seja, a capacidade dos agricultores familiares de gerar novidades, inovações endógenas, vem sendo negligenciada. É na agricultura familiar que se mantém a capacidade de geração de novidades, e essas não podem ser desprezadas, pois, quando utilizadas adequadamente, são capazes de gerar formas de organização e tecnologias abrangentes para serem utilizadas em diferentes escalas e nos mais diferentes subsistemas dos agroecossistemas. Está na capacidade de invenção e experiência desses agricultores a adaptação necessária de acordo com o ambiente e o espaço em que se encontram.

Esses inventos locais permitem uma adequação melhor de gestão e manejos específicos de certas atividades, que respeitem os limites e potencialidades de cada pequeno produtor. Estas são características fundamentais para explorar especificidades locais, e que, por consequência, levam ao desenvolvimento local e sustentável. Essas características, ignoradas ou não encontradas na modernização da agricultura, são, em grande parte, responsáveis pela “insustentabilidade” dos atuais padrões da agricultura familiar, justamente por não conseguirem entender e trabalhar as diversidades encontradas nesse universo de produtores (DAL SOGLIO, 2013).

É pela participação e capacidade de integrar conhecimentos que se pode atingir a transição para uma forma de sustentabilidade na agricultura familiar. Produzir tecnologias apropriadas e adequadas localmente, obedecendo às especificidades de cada ecossistema, o engajamento entre os agentes (organizações) e os atores (agricultores), a mudança de relação entre os saberes e a mudança de estratégia do regime sociotécnico e socioeconômico vigentes são condições fundamentais para almejar a sustentabilidade na agricultura familiar e o consequente Desenvolvimento Sustentável.

Assim, a sustentabilidade em comunidades locais de agricultores familiares estaria vinculada à capacidade desses agricultores em conservar ou aumentar a qualidade de vida, a fim de manter e garantir recursos para as próximas gerações no âmbito ambiental. Considera-se a vocação natural da propriedade, que seleciona atividades e práticas compatíveis com as aptidões e capacidades de uso dos diversos tipos de solos, no intuito de respeitar e prolongar os ciclos naturais deste solo para atingir futuros resultados sustentáveis.

No quesito institucional, no planejamento ambiental dos municípios, convém considerar e privilegiar parâmetros que premiem essas pessoas que vivem no meio rural para que possam conquistar novo referencial de qualidade de vida. A obtenção desse melhoramento contempla o acesso à saúde, à educação, ao lazer, à informação, aos meios de transporte e, em especial, às disponibilidades de energia, tanto no sentido de abastecer as atividades produtivas das propriedades, como para proporcionar conforto para esses agricultores. Uma economia local, dinâmica e melhor estruturada, oferece mais oportunidades na busca por inovações, que permitem aos agricultores familiares um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis (BUAINAIN; GARCIA, 2013).

Por fim, a adequação de tecnologias para atender uma comunidade local, tais como, preparo do solo, uso de adubos e corretivos, irrigação, mecanização, tratos culturais, seleção de sementes, colheitas, agregação de valor aos produtos, voltam-se para atingir resultados econômicos positivos e, conseqüentemente, resultados sociais sustentáveis. Ou seja, a sustentabilidade desses agricultores familiares vai depender da complementaridade e da interação entre as dimensões ambiental, social, econômica e institucional e da adaptação nas suas diferentes formas de organização produtivas que surgem ao longo do tempo e que merecem destaque.

## **2.1 Formas de Organização Produtivas na Agricultura Familiar**

Inicialmente, é importante retornar ao cerne do debate clássico que teve início na segunda metade do século XIX (Kautsky, Chayanov e Lenin), e que condenou os pequenos produtores rurais ao desaparecimento. Isso devido à dificuldade crescente em acompanhar a evolução do conjunto de fatores que surgiram junto ao processo de modernização da agricultura pela penetração do capitalismo

no campo. No entanto, parte do grupo revelou grande resiliência e resistiu – e vem resistindo – às transformações que ocorreram no campo ao longo do tempo (BUAINAIN; GARCIA, 2013).

De acordo com Mattei (2014) esses pequenos produtores, hoje conceituados como agricultores familiares, sempre estiveram na franja de um processo produtivo comandado pela grande agricultura. Contudo, apesar de sofrer perdas de renda, dificuldades de adaptação ao longo do contexto histórico-estrutural no qual a agricultura familiar está inserida, é uma categoria de produtores que procura estabelecer e adequar-se a diferentes formas de organização produtivas que surgem em períodos diversos, como estratégia de construção da permanência e da sustentabilidade de suas atividades.

A fim de retratar o exposto, Stoffel (2004), numa abordagem histórica sobre o período de colonização envolvendo a Região Oeste do Paraná, desenvolveu um estudo no qual apresenta a evolução nas diferentes formas de organização produtivas que emergiram a partir da década de 1950 e 1960 na agricultura familiar e que influenciaram na permanência desses agricultores nas propriedades.

No início da colonização, essas pequenas propriedades concentravam-se no desenvolvimento de uma agricultura e de uma agropecuária diversificadas, voltadas para a produção de subsistência, onde apenas os excedentes eram comercializados. Esta fase predominou nas décadas de 1950 e 1960. A unidade familiar era autossuficiente e recorria ao mercado apenas para suprir as necessidades não atendidas pela produção agropecuária. As relações de produção que se estabeleceram em nível de família e de comunidade se orientaram no sentido de converter os recursos disponíveis em meios de subsistência (SCHALLENBERGER; COLOGNESE, 1993).

Este sistema de agricultura tradicional predominou num curto período de tempo, uma vez que o processo de colonização ocorreu quando da passagem de transição da agricultura tradicional para a agricultura moderna. Já no início da década de 1970, a pequena produção agrícola familiar era conduzida a abandonar o sistema produtivo de subsistência: arroz, feijão, batata-inglesa, mandioca, por cultivos que visavam à comercialização, tais como soja e trigo.

Tal substituição levou esta produção agrícola familiar a uma posição de subordinação com relação à produção industrial. Este fato, além de destruir uma economia de subsistência, destruiu, igualmente, o equilíbrio do homem do campo que, até então, se fixava na área rural, onde mantinha uma relação direta com a natureza e tirava os meios para se reproduzir enquanto sociedade (ZAAR, 1999).

A produção agrícola familiar tem uma cultura própria que se refere a uma tradição. Todavia, esta encontra-se inserida num sistema que experimenta constantes e variadas transformações e/ou inovações, às quais precisa se adaptar em nível local, regional, nacional e internacional e que, na maioria das vezes, exige uma crescente inserção no processo de internacionalização do mercado, através de produtos padronizados.

Isto se efetuou, principalmente, no momento da progressiva introdução da cultura da soja e do trigo, com o advento da mecanização das terras, motivada pelos incentivos governamentais, os quais financiavam a destoca das matas e a aquisição de maquinários. Dessa maneira, consolidou-se uma nova forma de produção agrícola, voltada, basicamente, para produtos agrícolas que introduziram uma maior integração e subordinação das atividades agrárias, para com a agroindústria e as políticas estatais (STOFFEL, 2004).

Fica evidente, neste momento, que o trabalho agrícola e doméstico, antes feito para a satisfação de necessidades familiares, passa agora a ser transformado em mão de obra autônoma para a produção capitalista, ou seja, o processo de trabalho do pequeno produtor familiar é exercido da mesma maneira, isto é, a propriedade da terra ainda é dele, tais como os meios de produção. A mão de obra utilizada é familiar, mas o modo de produção capitalista é que imprime o processo de produção e a jornada de trabalho.

O desenvolvimento da agroindústria faz com que a agricultura deixa de ser apenas produtora de alimentos para ter, também, outras funções. Estas se estabelecem de acordo com as necessidades do capital industrial. O setor passa a ser desde fornecedor de matérias-primas e consumidor de bens industrializados, até fonte de divisas para importações, além de ser provedor de alimentos para a reprodução da força de trabalho urbano.

Atualmente, as transformações na agricultura familiar assumem uma racionalidade moderna, que exige certo grau de profissionalização do agricultor. Este se encontra inserido num contexto geral de mercado e não mais parcial. No entanto, estes “novos produtores” (pelo menos uma grande parte deles), quando comparados com seus meios de produção utilizados no passado, na chamada agricultura tradicional, em muitos casos, fica evidente certa continuidade, que mostra vestígios claros que permanecem desde os clássicos, como, por exemplo, a produção para a subsistência defendida por Chayanov; ou seja, as estratégias de reprodução e permanência nas condições modernas em que se encontram inseridos continuam, em grande parte, baseadas na valorização e no uso dos recursos naturais e internos existentes na propriedade, bem como nas relações familiares, que têm como objetivo principal, assegurar a sobrevivência da família no presente e garantir sua reprodução no futuro. Com efeito, os agricultores familiares modernos enfrentam as constantes inovações e desafios da modernização no presente, com as mesmas “armas” e costumes que aprenderam a usar ao longo do tempo.

Da mesma forma como ocorre a modernização na produção agrícola, também se dá a modernização na produção pecuária, que, juntamente com o sistema de integração, causam a diferenciação entre os pequenos produtores familiares. Uns podem melhor se estruturar e ampliar as rendas; outros, apenas têm nas atividades pecuárias meios adicionais de complementarem a renda familiar.

Atividades como a suinocultura se constitui, ao longo do tempo, como o elemento de diversidade e de alternatividade mais regular e de importância ascendente, que tem se modernizado nos anos setenta através do melhoramento genético e da integração com a agroindústria. Logo após, surge também, nesta mesma direção, a criação de aves (frangos e perus). Na sequência, destaca-se a atividade leiteira, porém, ainda com a cadeia produtiva um tanto quanto desestruturada.

Diante destes fatos, conforme aponta Stoffel (2004), fica evidente que há uma sensível complexificação nos modelos de organização produtiva da agricultura familiar, que originam uma diversificação nas formas de organização produtiva. O modelo de diversificação produtiva, voltado principalmente para a subsistência, decai, e a pequena produção agrícola familiar passa a assumir novas formas de organização das atividades que lhe são inerentes.

Uma das formas consiste na especialização da produção agrícola, em moldes modernos, especialmente para a produção de grãos (soja, milho, trigo, feijão) destinados prioritariamente ao mercado. Outra forma consiste na integração com empresas agroindustriais para a produção intensiva, especialmente de aves e suínos. Outra, ainda, prioriza a atividade leiteira. No entanto, estas alternativas de organização produtiva da pequena propriedade, na maioria das vezes, não são exclusivas, o que determina a ocorrência de uma diversidade ainda maior nessas formas de organização da pequena produção agrícola familiar.

Assim, quando a integração não for a única atividade produtiva da pequena propriedade, emergem outras alternativas de renda, como o cultivo do milho e a produção de leite. Da mesma forma, quando a produção especializada de grãos constitui a principal fonte de renda da propriedade, será combinada com outras fontes secundárias de renda, como a criação de peixes, o cultivo da mandioca e uma série de produtos para a subsistência, por exemplo.

Infere-se que, ao longo do processo de colonização e até os dias atuais, a agricultura familiar experimentou várias formas de produção, sempre na tentativa de adaptar-se às novas mudanças impostas pelo sistema; ou seja, existem evidências da ocorrência de processos diferenciados de transformação desta produção agrícola familiar sob o capitalismo, o que destaca que o debate clássico ainda deverá ter continuidade. Com efeito, as ideias defendidas por Lênin, Kautsky e Chayanov estão presentes em todo o processo de evolução e mudanças em que está inserida a unidade de produção familiar. Isto permitiu, aos que permaneceram no campo, buscar novas alternativas para sua sobrevivência e prosperidade.

Em suma, a sustentabilidade da agricultura familiar em contextos locais, está relacionada à combinação de diferentes formas de organização produtiva. O problema consiste em determinar em

que medida a articulação entre as diferentes formas de organização produtivas são capazes de evidenciar esta sustentabilidade da agricultura familiar em contextos locais.

## Considerações Finais

A problemática abordada neste artigo não deixa de representar o iminente debate sobre os rumos da agricultura familiar sob o capitalismo que já vem sendo discutido desde o século passado. Mais recentemente, porém, o foco das discussões se volta para novas terminologias, como viabilidade e sustentabilidade da agricultura familiar.

Embora existam ideologias diferentes sobre o tratamento da sustentabilidade, em tempos modernos não cabe mais um olhar míope sobre a sustentabilidade da agricultura familiar. São necessárias ações coletivas e o desenvolvimento de instituições apropriadas que visem reduzir custos de transação, e que forneçam um melhor acesso às tecnologias e aos mercados de insumos e produtos. O apoio de cooperativas, do próprio Estado e a integração às agroindústrias são exemplos dessas instituições que podem levar os agricultores familiares a serem bem-sucedidos.

Porém, um olhar amplo, e em contextos específicos, dadas as diferenças em nível regional e local vividas na agricultura familiar brasileira, é mais que primordial nesse novo cenário que se apresenta para a agricultura familiar, principalmente a partir do século XXI (qualidade, padronização, produtividade, segurança alimentar). Neste ambiente, parece ser pertinente trabalhar e priorizar dados empíricos quando se trata do tema sustentabilidade a fim de perceber tendências e acompanhar possíveis desdobramentos no setor para evitar a dar “tiros no escuro”, para correção de rumos, tanto a montante quanto a jusante das propriedades agrícolas familiares.

Portanto, as especificidades que envolvem a agricultura familiar em contextos locais precisam ser observadas e respeitadas. A sustentabilidade desses agricultores vai depender das idiosincrasias de cada propriedade nas diferentes formas de organização produtivas. Isso nos leva a crer que a questão da sustentabilidade da agricultura familiar em contextos locais necessita de uma visão individual, como também no conjunto das propriedades agrícolas.

## Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

\_\_\_\_\_. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. ANPOCS. Campinas: Editora Hucitec, 1992.

BARRINHA, Roselaine N. **Trabalho integrado e reprodução ampliada do capital: um estudo de caso no Sudoeste do Paraná**. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós- Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

BRANDENBURG, A. **Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Editora da UFPR, 1999.

BUAINAIN, Antonio Márcio; GARCIA, Junior Ruiz. Contextos locais ou regionais: importância para a viabilidade econômica dos pequenos produtores. In: CGEE. **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?** Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), 2013.

CARMO, Maristela Simões. A produção familiar como lócus ideal da agricultura sustentável. In: FERREIRA, Ângela D. D. e BRANDENBURG, Alfio (Org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Ed. UFPR, 1998.

DAL SOGLIO, Fábio Kessler. Desenvolvimento, agricultura e agroecologia: qual a ligação? In: GUERRA, Gutemberg A. D.; WAQUIL, Paulo D. (Org.). **Desenvolvimento rural sustentável no norte e sul do Brasil**. Belém: Paka-Tatu, 2013.

DELAVATI, Dionei M. O processo educativo-participativo: um novo paradigma na extensão rural. In: ETGES, Virgínia Elisabeta (Org.). **Desenvolvimento rural: potencialidades em questão**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

EHLERS, Eduardo. **O que é agricultura sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

ETGES, Virgínia Elisabeta (Org.). **Desenvolvimento rural: potencialidades em questão**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar**. Brasília, 1994.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 5, n. 4, p. 31-56, out./dez. 1985.

\_\_\_\_\_. **Das lavouras às biotecnologias**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1978.

LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar I: uma realidade multiforme**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LONG, Norman. **Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor**. México: CIESA, 2007.

MANN, Susan A.; DICKINSON, James. Obstacles to the development of a capitalist agriculture. **Journal of Peasant Studies**, London, v. 5, n. 4, p. 466-481, 1978.

MATTEI, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista de Economia NE**, Fortaleza, v. 45, p. 71-79, (suplemento especial), 2014.

MÜLLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec/Educ, 1989.

NEVES, Marcos Fava; CASTRO, Luciano Thomé e. (Org.) **Agricultura integrada: inserindo pequenos produtores da maneira sustentável em modernas cadeias produtivas**. São Paulo: Atlas, 2010.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 15-58. (Série Estudos Rurais).

PLOEG, Jan Douwe Van Der. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. (Ed.). **Ecología, campesinado e história**. Madrid: Las Ediciones de la Piqueta, 1992. p. 153-195.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SCHALLENBERGER, E.; COLOGNESE, S. A. **Migrações e comunidades cristãs no sul do Brasil**. Toledo: Unioeste – Facitol, 1993.

SCHNEIDER, Sergio; NIEDERLE, Paulo A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. (Ed.). **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina-DF, Embrapa Cerrados: 2008. p. 989-1014.

SILVA, J. G. da. Agricultura sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social? In: ALMEIDA, Jalcione e NAVARRO, Zander. **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. Porto alegre: Editora da UFRGS, 1997.

SILVA, J. G. da.; STOLCKE, V. (Org.) **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de. Desenvolvimento agrícola sustentável. In: BATALHA, Mário Otávio (Coord.). **Gestão agroindustrial**. GEPAI, 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

STOFFEL, Jaime Antonio. **A viabilidade da agricultura familiar: formas de organização produtiva no oeste do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas/UNIOESTE – *campus* de Toledo – Paraná. Toledo, 2004.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **XX Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, Minas Gerais. Outubro, 1996.

ZAAR, M. H. **A produção do espaço agrário: da colonização à modernização agrícola e formação do lago de Itaipu**. Cascavel: Edunioeste, 1999.